

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.263.191 - PR  
(2018/0059998-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : MARLI DA CRUZ**  
**ADVOGADO : CARLOS FERNANDES DA VEIGA - PR025413**  
**EMBARGADO : CASSIA HELOISA BARZON DUARTE**  
**ADVOGADO : VICTOR DESSUNTI OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR086848**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **MARLI DA CRUZ**, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 402/403, e-STJ, que deu parcial provimento ao agravo interno apenas para excluir a majoração dos honorários.

Irresignada, o ora embargante aduz a ocorrência de obscuridade, porquanto "*não está a fazer reexame de provas*".

É o relatório.

Decido.

Sem razão a embargante, impondo-se a rejeição do recurso.

1. Nos estreitos lindes do art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão, ou acórdão.

Depreende-se dos autos que a recorrente, em seu agravo interno, sustentou que havia risco de dano grave e difícil reparação, deixando de impugnar especificamente, nesta oportunidade, a aplicação das Súmulas 7/STJ e 735/STF, motivo pelo qual a discussão acerca da aplicação das referidas súmulas resta preclusa.

Desta forma, o que se verifica, em verdade, é a adoção, no julgado impugnado, de posição contrária aos interesses da parte. Ocorre que o recurso de embargos de declaração é incabível para a modificação do julgado que não se apresenta omissivo, contraditório ou obscuro ou não contenha erro material.

Outrossim, "*Cumpra-se destacar que não há que se falar em ofensa ao princípio da colegialidade em razão do julgamento monocrático do recurso especial. Isso porque, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil - CPC: "Incumbe ao relator (...) III - não conhecer de recurso inadmissível (...), caso ocorrido nos autos, vez que aplicado o disposto na Súmula n. 207/STJ: "É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra acórdão proferido no tribunal de origem". Ademais, é admissível a prolação de decisão monocrática, caso o relator que proferiu o julgamento monocrático anterior decida reconsiderá-lo, consoante interpretação do art. 258, § 3º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ: "O agravo regimental será submetido ao prolator da decisão, que poderá reconsiderá-la ou submeter o agravo ao julgamento da Corte Especial, da Seção ou da Turma, conforme o caso, computando-se também o seu voto". [...] "A decisão monocrática proferida por Relator não afronta o princípio da colegialidade ou do devido processo legal e tampouco configura cerceamento de defesa, sendo certo que a possibilidade de interposição de agravo regimental contra a respectiva decisão, como*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*ocorre na espécie, permite que a matéria seja apreciada pela Turma, afastando eventual vício" (AgRg no HC 470.992/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 7/12/2018). [...]" (AgRg no AgRg no AREsp 1419447/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 11/06/2019).*

Dessa forma, inexistindo qualquer das máculas previstas no artigo 1.022 do NCPC, não há razão para modificar a decisão embargada.

**2.** Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator